

CONSIDERANDO:

- o constante nos autos do Processo nº SEI-260007/017188/2025,
- a Instrução Normativa AGE nº 42, de 26 de dezembro de 2017, e
- o Artigo 5º da Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021;

RESOLVE:

**Art. 1º** - Instituir a Comissão de inventário físico anual da CAF/CAQ - SFA HUPE/UERJ, composta pelos seguintes membros:

**CAF:**  
Aline Alves Brandão - Matrícula 39.904-8;  
José Freitas Júnior - Matrícula 35.585-9;  
Michele Teixeira Machado Nardy - Matrícula 42.973-8.  
**CAQ:**  
Sérgio de Magalhães Medeiros - Matrícula 39.694-5;  
Célia Renata Van Sohsten de Oliveira - Matrícula 36.755-7.

**Art. 2º** - Este Portaria tem vigência a partir da data da publicação.

Rio de Janeiro, 15 de dezembro de 2025

**JOSÉ LUIZ M. BANDEIRA DUARTE**  
Vice-Diretor

Id: 2702124

**SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA  
E INOVAÇÃO  
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE  
DARCY RIBEIRO  
CONSELHO UNIVERSITÁRIO**

**ATO DA PRESIDENTE**

**RESOLUÇÃO UENF/CONSUNI Nº 63 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2025**

**DISPÕE SOBRE A POLÍTICA DE USO DO NO-  
ME SOCIAL E DE IDENTIDADE DE GÊNERO  
PARA SERVIDORES (DOCENTES E TÉCNICO-  
ADMINISTRATIVOS), CANDIDATOS A CON-  
CURSOS, PESSOAL TERCEIRIZADO E MEM-  
BROS DO CORPO DISCENTE (GRADUAÇÃO  
E PÓS-GRADUAÇÃO) NO ÂMBITO DA UNI-  
VERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMI-  
NENSE DARCY RIBEIRO (UENF) E DÁ OU-  
TRAS PROVIDÊNCIAS.**

**A PRESIDENTE DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO (CONSUNI) DA  
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE DARCY RI-  
BEIRO (UENF),** no uso de suas atribuições estatutárias e regimen-  
tais,

CONSIDERANDO:

- o art.3º, inciso IV, da Constituição Federal, que estabelece como ob-  
jetivo fundamental da República Federativa do Brasil promover o bem  
de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quais-  
quer outras formas de discriminação;

- o disposto no Decreto Estadual nº 43.065/2011, que garante o di-  
reito ao uso do nome social por travestis e transexuais na Adminis-  
tração Pública Direta e Indireta do Estado do Rio de Janeiro;

- o princípio da dignidade da pessoa humana e a necessidade de ga-  
rantir o respeito à identidade de gênero, assegurando o tratamento  
nominal condizente com o gênero autoidentificado;

- a função social da universidade de defesa da ética, da cidadania, da  
diversidade e da inclusão, e

- o disposto no inciso III do art. 15 do Estatuto da UENF e tendo em  
vista do que consta do Processo nº SEI-260002/009174/2025, bem  
como aprovado em sua 307ª reunião,

RESOLVE:

**TÍTULO I  
DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Art. 1º** - Esta Resolução estabelece normas e procedimentos para o  
reconhecimento e uso do nome social e da identidade de gênero de  
travestis, transexuais, transgênero, intersexo e não-binários no âmbito  
da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF),  
abrangendo:

**I** - servidores efetivos;

**II** - candidatos a concursos públicos e processos seletivos;

**III** - professores visitantes, pessoal terceirizado, estagiários e bolsis-  
tas;

**IV** - membros do corpo discente de Graduação e Pós-graduação.

**Parágrafo Único** - O direito assegurado no caput estende-se, em ca-  
ráter excepcional, às pessoas cujos nomes civis lhes acarretem no-  
tório constrangimento, humilhação ou exposição ao ridículo, visando à  
proteção de sua dignidade e bem-estar no ambiente universitário.

**Art. 2º** - Para os efeitos desta Resolução, entende-se por:

**I** - Nome Social: a designação pela qual a pessoa se identifica e é  
socialmente reconhecida;

**II** - Nome Civil: aquele constante no registro de nascimento e demais  
documentos oficiais de identificação;

**III** - Identidade de Gênero: a experiência interna e individual do gê-  
nero de cada pessoa, que pode ou não corresponder ao sexo atri-  
buído no nascimento, incluindo o senso pessoal do corpo e outras ex-  
pressões de gênero.

**Art. 3º** - É direito da pessoa ser referida e chamada na UENF sem-  
pre pelo seu nome social e pelo gênero com o qual se identifica, em  
todas as instâncias e ambientes institucionais.

**TÍTULO II  
DO PROCEDIMENTO E DO REGISTRO**

**Art. 4º** - O reconhecimento e a inclusão ou exclusão do nome social  
serão realizados mediante requerimento do(a) interessado(a), a qual-  
quer tempo, por meio de autodeclaração, sem necessidade de laudos  
ou procedimentos clínicos.

**§ 1º** - Para servidores o requerimento deverá ser protocolado na Ge-  
rência de Recursos Humanos (GRH), ou informado no ato da inves-  
titura para implementação imediata.

**§ 2º** - Para discentes (Graduação e Pós-graduação), o requerimento  
deverá ser protocolado na Secretaria Acadêmica (SECACAD), ou in-  
formado no ato da matrícula para implementação imediata.

**§ 3º** - O requerimento do interessado deverá ser processado pela uni-  
dade administrativa competente e o procedimento deverá ser concluí-  
do em até 30 (trinta) dias úteis, com o objetivo de adotar o nome  
social em todas as instâncias da UENF.

**§ 4º** - Para candidatos a concursos públicos e processos seletivos, o  
requerimento deverá ser feito no ato da inscrição.

**Art. 5º** - A GRH e a SECACAD deverão garantir a inclusão ou ex-  
clusão do registro do nome social nos sistemas internos de informa-  
ção em campo específico, mantendo o nome civil no registro admi-  
nistrativo e acadêmico original, para fins legais.

**Art. 6º** - O direito ao uso e o reconhecimento do Nome Social e da  
identidade de gênero dos colaboradores terceirizados que prestam  
serviços nas dependências da UENF é garantido por esta Resolução.

**Parágrafo Único** - A solicitação de inclusão ou exclusão do Nome  
Social deverá ser dirigida à empresa contratada, que é a responsável  
primária por garantir sua utilização em todas as interações, identifica-  
ções e documentos no âmbito da UENF.

**TÍTULO III  
DO USO DO NOME SOCIAL EM DOCUMENTOS**

**Art. 7º** - O nome social deverá ser utilizado como forma preferencial  
de tratamento na UENF e registrado com destaque em todos os do-  
cumentos de uso interno e de acesso público.

**Parágrafo Único** - O uso do nome social deverá ser observado em:

**I** - listas de frequência, diários de classe e registros de presença;

**II** - listas de chamada oral;

**III** - cadastros, fichas de identificação e sistemas de informação de  
acesso;

**IV** - identidade funcional/estudantil e crachás de identificação;

**V** - endereço de correio eletrônico institucional (e-mail);

**VI** - divulgação de resultados de concursos, processos seletivos e edi-  
tais públicos, junto ao número de inscrição/matricula;

**VII** - na nominata de Colação de Grau.

**Art. 8º** - Nos documentos de natureza legal e permanente, cuja obri-  
gatoriedade do Nome Civil seja exigida por legislação externa (Federal  
ou Estadual), será registrado o Nome Civil da pessoa.

**§ 1º** - A regra do caput aplica-se, não se limitando à: diplomas, his-  
tóricos escolares, certificados de conclusão de curso, atas de resul-  
tados de disciplinas, atas de colação de grau, Trabalhos de Conclu-  
são de Cursos (TCC), Dissertações de Mestrado e Teses de Douto-  
rado.

**§ 2º** - Caso seja permitida a inclusão de ambos os nomes, o Nome  
Social deverá preceder o Nome Civil, sendo este último consignado  
entre parênteses.

**TÍTULO IV  
DAS RESPONSABILIDADES**

**Art. 9º** - A Gerência de Recursos Humanos (GRH) e a Secretaria  
Acadêmica (SECACAD) são as unidades administrativas responsáveis  
pela operacionalização desta Resolução e pela atualização dos res-  
pectivos sistemas de informação.

**Art. 10** - A empresa responsável pelos colaboradores terceirizados  
deverá comunicar formalmente a adoção ou exclusão do Nome Social  
do servidor terceirizado ao Setor de Fiscalização de Contratos da  
UENF, para a devida atualização dos registros institucionais.

**Parágrafo Único** - O descumprimento das obrigações previstas neste  
artigo será considerado infração contratual e sujeitará a empresa às  
sanções cabíveis, nos termos do contrato e da legislação aplicável.

**Art. 11** - A Reitoria deverá promover a ampla divulgação desta Re-  
solução e assegurar, por meio da Pró-Reitoria de Assuntos Comuni-  
tários, a sensibilização e o treinamento de servidores, discentes e do  
pessoal terceirizado sobre este assunto.

**Art. 12** - Os servidores, discentes e o pessoal terceirizado que, por  
ação ou omissão, desrespeitarem ou violarem os direitos estabeleci-  
dos nesta Resolução estarão sujeitos à responsabilização administra-  
tiva, na forma da legislação vigente.

**TÍTULO V  
DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Art. 13** - Os casos omissos serão resolvidos pelo Conselho Univer-  
sitário (CONSUNI), mediante parecer da Pró-Reitoria competente ou da  
Comissão designada para tal fim.

**Art. 14** - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação,  
revogadas as disposições em contrário.

Campos dos Goytacazes, 15 de dezembro de 2025

**ROSANA RODRIGUES**  
Presidente do Conselho Universitário

Id: 2701967

**SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA  
E INOVAÇÃO  
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE  
DARCY RIBEIRO**

**ATO DA REITORA**

**PORTARIA UENF/REITORIA Nº 474  
DE 15 DE DEZEMBRO DE 2025**

**ESTABELECE NORMAS OPERACIONAIS DE  
ACESSO, SEGURANÇA E UTILIZAÇÃO DOS  
ESPAÇOS DO PARQUE TECNOLÓGICO  
AGROPECUÁRIO DA UENF JOHANNA DÖBE-  
REINER (PARTEC Agro).**

**A REITORA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMI-  
NENSE DARCY RIBEIRO - UENF,** no uso de suas atribuições legais  
e estatutárias, conferidas pelo art. 20 do Estatuto da Universidade,

CONSIDERANDO:

- a aprovação da Resolução CONSUNI nº 62, de 12 de dezembro de  
2025, que criou o PARTEC Agro Johanna Döbereiner e remeteu à  
Reitoria a competência para regulamentar seus aspectos operacio-  
nais;

- a necessidade de zelar pela segurança patrimonial, pela ordem ad-  
ministrativa e pela boa convivência entre a comunidade acadêmica e  
as empresas residentes, e

- o constante dos autos do Processo nº SEI-260002/008699/2025,

RESOLVE:

**CAPÍTULO I  
DO HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO E DO ACESSO**

**Art. 1º** - O PARTEC Agro Johanna Döbereiner funcionará, em regime  
ordinário, de segunda a sexta-feira, das 8h às 18h.

**§ 1º** - O acesso fora do horário estabelecido no caput, bem como aos  
finais de semana e feriados, é restrito aos servidores e alunos da  
UENF e representantes de empresas residentes previamente cadas-  
trados e autorizados pela Coordenação Executiva.

**§ 2º** - A solicitação de acesso extraordinário deverá ser encaminhada  
via sistema eletrônico ou correio eletrônico institucional à Coordena-  
ção Executiva, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) ho-  
ras.

**Art. 2º** - O ingresso nas dependências do PARTEC Agro Johanna Dö-  
bereiner está condicionado à identificação civil ou funcional na recep-  
ção, observados os seguintes critérios:

**I** - servidores e alunos da UENF: mediante crachá institucional ou car-  
teira funcional;

**II** - colaboradores de empresas residentes: mediante crachá de cre-  
denciamento emitido pelo Parque;

**III** - visitantes: mediante cadastro e emissão de crachá provisório, de-  
vendo ser acompanhados pelo anfitrião responsável.

**CAPÍTULO II  
DA UTILIZAÇÃO DOS ESPAÇOS FÍSICOS**

**Art. 3º** - A utilização das salas de reunião e auditórios deverá ser  
agendada previamente junto à secretaria do Parque, observada a or-  
dem de solicitação.

**Parágrafo Único** - A UENF reserva-se o direito de prioridade no uso  
do auditório para eventos institucionais oficiais, mediante comunicação  
com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, ressalvados  
os eventos já confirmados das empresas residentes.

**Art. 4º** - Nas áreas de uso comum e de trabalho compartilhado  
(coworking), é dever dos usuários:

**I** - manter o silêncio e a conduta profissional compatível com o am-  
biente de inovação;

**II** - não deixar equipamentos pessoais, documentos ou objetos de va-  
lor abandonados sobre as mesas após o uso;

**III** - recolher os resíduos produzidos e manter a limpeza das estações  
de trabalho.

**Art. 5º** - É vedado nas dependências do PARTEC Agro Johanna Dö-  
bereiner:

**I** - a guarda ou manipulação de materiais explosivos, inflamáveis ou  
tóxicos sem a devida certificação de biossegurança e autorização da  
Coordenação Operacional;

**II** - a alteração da rede elétrica, lógica ou da estrutura física das sa-  
las, tais como furos, divisórias ou pintura, sem prévia autorização da  
Prefeitura da UENF;

**III** - o uso das instalações para alojamento, pernoite ou fins de mo-  
radia;

**IV** - a realização de atividades de cunho político-partidário ou religio-  
so.

**CAPÍTULO III  
DO TRÂNSITO E DO ESTACIONAMENTO**

**Art. 6º** - O trânsito e o estacionamento de veículos no perímetro do  
PARTEC Agro Johanna Döbereiner submetem-se às regras gerais de  
circulação do Campus da UENF, fiscalizadas pela Prefeitura do Cam-  
pus.

**Art. 7º** - As vagas de estacionamento privativas, quando houver, se-  
rão distribuídas conforme estipulado nos contratos de cessão de uso  
ou permissão.

**Parágrafo Único** - Veículos estacionados em locais proibidos, blo-  
queando hidrantes, saídas de emergência ou áreas de carga e des-  
carga estarão sujeitos a sanções administrativas, bloqueio de acesso  
futuro e, se necessário, acionamento da autoridade de trânsito para  
remoção.

**CAPÍTULO IV  
DA SEGURANÇA PATRIMONIAL**

**Art. 8º** - A segurança do PARTEC Agro Johanna Döbereiner integra o  
sistema de vigilância patrimonial da UENF.

**§ 1º** - Qualquer incidente de segurança, furto ou dano deve ser ime-  
diatamente comunicado à vigilância do Campus e à Coordenação  
Executiva para registro de ocorrência.

**§ 2º** - A UENF não se responsabiliza por bens, valores ou equipamen-  
tos de propriedade das empresas ou de terceiros deixados nas  
áreas comuns ou no interior das salas privativas, cabendo aos usuá-  
rios a contratação de seguro, se desejarem.

**CAPÍTULO V  
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Art. 9º** - O descumprimento das normas desta Portaria ensejará:

**I** - aos usuários externos e empresas: advertência formal e, em caso  
de reincidência, suspensão das credenciais de acesso, sem prejuízo  
das multas contratuais;

**II** - aos membros da comunidade universitária: encaminhamento à au-  
toridade competente para as sanções disciplinares cabíveis.

**Art. 10** - Os casos omissos de natureza operacional serão resolvidos  
pela Coordenação Executiva do PARTEC Agro Johanna Döbereiner.

**Art. 11** - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Campos dos Goytacazes, 15 de dezembro de 2025

**ROSANA RODRIGUES**  
Reitora

Id: 2702006

**SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA  
E INOVAÇÃO  
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE  
DARCY RIBEIRO**

**ATOS DA REITORA**

**PORTARIA UENF/REITORIA Nº 475  
DE 15 DE DEZEMBRO DE 2025**

**CRIA A COMISSÃO DE GESTÃO E FISCALI-  
ZÃO DO CONTRATO Nº 035/2025 - UENF E  
WATERS TECHNOLOGIES DO BRASIL LTDA.,  
E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**A REITORA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMI-  
NENSE DARCY RIBEIRO - UENF,** no uso das atribuições que lhe  
foram conferidas, e

**CONSIDERANDO** o constante dos autos do Processo nº SEI-  
260002/004915/2025,

RESOLVE:

**Art. 1º** - Criar a Comissão de Gestão e Fiscalização do Contrato nº  
035/2025 - UENF e WATERS TECHNOLOGIES DO BRASIL LTDA.,  
referente à aquisição de peças e componentes para cromatógrafos.

**Art. 2º** - A Comissão de Gestão e Fiscalização será composta pelos  
seguintes servidores:

- Vanildo Silveira, ID Funcional nº 4272815-0 - Gestor;



- Adão Valmir dos Santos, ID Funcional nº 4145112-0 - Fiscal;  
- Telma Ferreira Costa Aguiar, ID Funcional nº 563518-7 - Fiscal.

**Art. 3º** - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Campos dos Goytacazes, 15 de dezembro de 2025.

**ROSANA RODRIGUES**  
Reitora

**PORTARIA UENF/REITORIA Nº 476  
DE 15 DE DEZEMBRO DE 2025**

**CRIA A COMISSÃO DE GESTÃO E FISCALI-  
ZAÇÃO DO CONTRATO Nº 32/2025 - UENF E  
SIMWORX REPRESENTACOES E SERVICOS  
LTDA., E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**A REITORA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMI-  
NENSE DARCY RIBEIRO - UENF**, no uso das atribuições que lhe for-  
am conferidas, e

**CONSIDERANDO** o constante dos autos do Processo nº SEI-  
260002/005274/2025,

**RESOLVE:**

**Art. 1º** - Criar a Comissão de Gestão e Fiscalização do Contrato nº  
32/2025 - UENF e SIMWORX REPRESENTACOES E SERVICOS LT-  
DA., referente ao fornecimento de licenças perpétuas de softwares da  
Itasca Consulting Group, Inc. para a UENF.

**Art. 2º** - A Comissão de Gestão e Fiscalização será composta pelos  
seguintes servidores:

- Aldo Durand Farfán, ID Funcional nº 641464-8 - Gestor;  
- Márcia Giardinieri de Azevedo, ID Funcional nº 4324736-9 - Fiscal;  
- Paulo César de Almeida Maia, ID Funcional nº 641521-0 - Fiscal.

**Art. 3º** - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Campos dos Goytacazes, 15 de dezembro de 2025.

**ROSANA RODRIGUES**  
Reitora

**PORTARIA UENF/REITORIA Nº 477  
DE 15 DE DEZEMBRO DE 2025**

**CRIA A COMISSÃO DE GESTÃO E FISCALI-  
ZAÇÃO DO CONTRATO Nº 033/2025 - UENF E  
VERDER SCIENTIFIC COMÉRCIO DE MÁQUI-  
NAS E EQUIPAMENTOS LTDA., E DÁ OU-  
TRAS PROVIDÊNCIAS.**

**A REITORA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMI-  
NENSE DARCY RIBEIRO - UENF**, no uso das atribuições que lhe for-  
am conferidas, e

**CONSIDERANDO** o constante dos autos do Processo nº SEI-  
260002/008416/2025,

**RESOLVE:**

**Art. 1º** - Criar a Comissão de Gestão e Fiscalização do Contrato nº  
033/2025 - UENF e VERDER SCIENTIFIC COMÉRCIO DE MÁQUI-  
NAS E EQUIPAMENTOS LTDA, referente à fornecimento de 02 Moi-  
nhos Vibratórios de Bolas.

**Art. 2º** - A Comissão de Gestão e Fiscalização será composta pelos  
seguintes servidores:

- Afonso Rangel Garcez de Azevedo, ID Funcional nº 4366963-8 -  
Gestor;  
- Guilherme Chagas Cordeiro, ID Funcional nº 4317999-1 - Fiscal;  
- Niander Aguiar Cerqueira, ID Funcional nº 642924-6 - Fiscal.

**Art. 3º** - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Campos dos Goytacazes, 15 de dezembro de 2025.

**ROSANA RODRIGUES**  
Reitora

Id: 2702064

## Secretaria de Estado de Transporte e Mobilidade Urbana

**SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTE  
E MOBILIDADE URBANA**

**ATO DA SECRETÁRIA E DO PRESIDENTE**

**RESOLUÇÃO CONJUNTA SETRAM/CENTRAL Nº 223  
DE 16 DE DEZEMBRO DE 2025**

**DESCENTRALIZA A EXECUÇÃO DE CRÉDI-  
TO ORÇAMENTÁRIO NA FORMA A SEGUIR  
ESPECIFICADA.**

**A SECRETÁRIA DE ESTADO DE TRANSPORTE E MOBILIDADE  
URBANA E O DIRETOR-PRESIDENTE DA COMPANHIA ESTADUAL  
DE ENGENHARIA DE TRANSPORTE E LOGÍSTICA - CENTRAL**, de  
acordo com a Lei Estadual Nº 10.461, de 17 de julho de 2024, que  
dispõe sobre as diretrizes para elaboração da Lei do Orçamento  
Anual de 2025; a Lei nº 10.665, de 14 de janeiro de 2025, que estima  
receita e fixa a despesa para o exercício financeiro de 2025, o De-  
creto 49.505, de 14 de Fevereiro de 2025, que estabelece normas  
complementares de programação e execução orçamentária, financeira  
e contábil para o exercício de 2025, e o Decreto nº 42.436, de 30 de  
abril de 2010, que dispõe sobre a Descentralização da Execução de  
Créditos Orçamentários, conforme Processo Administrativo SEI-  
100006/000871/2025,

**RESOLVEM:**

**Art. 1º** - Descentralizar a execução de crédito orçamentário na forma  
a seguir especificada:

**I** - OBJETO: Serviços complementares de recuperação da Via Perma-  
nente e da Rede Aérea no Sistema de Bondes de Santa Teresa da  
Cidade do Rio de Janeiro - "Ramal Dois Irmãos - Silvestre" e "Ramal  
Largo do Guimarães - Largo das Neves".

**II** - VIGÊNCIA: Esta Resolução terá vigência de 16/12/2025 até  
31/12/2025.

**III** - DE/Concedente: 3101 - Secretaria de Estado de Transporte e Mo-  
bilidade Urbana

UO: 31010 - Secretaria de Estado de Transporte e Mobilidade Urba-  
na  
UG: 310100 - Secretaria de Estado de Transporte e Mobilidade Ur-  
bana

**IV** - PARA/Executante: 31720 - Companhia Estadual de Engenharia  
de Transportes e Logística

UO: 31720 - Companhia Estadual de Engenharia de Transportes e  
Logística  
UG: 317200 - Companhia Estadual de Engenharia de Transportes e  
Logística

**V** - CRÉDITO: PT: 3101.26.453.0510.5446

Natureza de Despesa: 4490  
Fonte: 2.501.145  
Valor: R\$ 8.035.029,06

**Art. 2º** - O executante se obriga a cumprir integralmente o que orienta  
os artigos 10 e 12 do Decreto nº 42.436, de 30 de abril de 2010 e o  
artigo 4º, §3º, da Portaria AGE nº 17, de 02 de janeiro de 2024, apre-  
sentando prestação de contas final no prazo máximo de 120 (cento e  
vinte) dias após o término da vigência desta Resolução Conjunta.

**Parágrafo Único** - Fica vedada a emissão de novas notas de crédito  
no SIAFE-RIO, em favor do exequente, sem o adimplemento da obri-  
gação constante do caput deste artigo.

**Art. 3º**- Esta Resolução Conjunta entrará em vigor na data de sua  
publicação, com validade a contar de 16 de Dezembro de 2025, re-  
vogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 16 de dezembro de 2025

**PRISCILA HAIDEM SAKALEM**  
Secretária de Estado de Transporte e Mobilidade Urbana

**WILSON ALCOFORADO**  
Diretor-Presidente da CENTRAL

Id: 2702156

**SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTE  
E MOBILIDADE URBANA**

**ATO DA SECRETÁRIA**

**RESOLUÇÃO SETRAM Nº 1879 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2025**

**DESIGNA A COMISSÃO ESPECIAL DO PRO-  
CESSO COMPETITIVO DE ALIENAÇÃO DA  
UPI FERROVIÁRIA, ESTABELECE SUAS  
COMPETÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES, E DÁ OU-  
TRAS PROVIDÊNCIAS.**

**A SECRETÁRIA DE ESTADO DE TRANSPORTE E MOBILIDADE  
URBANA**, no uso das atribuições legais, considerando o que consta  
no Processo nº SEI-140001/078164/2024,

**CONSIDERANDO:**

- que tramita na 6ª Vara Empresarial do Tribunal de Justiça do Estado  
do Rio de Janeiro o procedimento de alienação judicial da Unidade  
Produtiva Isolada (UPI) do Sistema Público de Transporte Ferroviário,  
no âmbito da recuperação judicial das sociedades SuperVia Conces-  
sionária de Transporte Ferroviário S.A., Rio Trens Participações S.A.,  
F.L.O.S.P.E. Empreendimentos e Participações S.A. e SC Empreendi-  
mentos e Participações S.A., conforme previsto no Edital de Oferta  
Pública extraído dos autos nº 0125467-49.2021.8.19.0001;

- que a realização do certame ocorrerá por meio de processo com-  
petitivo em sede judicial, nos termos dos artigos 60 e 142 da Lei Fe-  
deral nº 11.101/2005 (Lei de Recuperação Judicial e Falências);

- que a condução da alienação da UPI - Sistema Público de Trans-  
porte Ferroviário (SPTF) exige a instituição de Comissão Especial do  
Processo Competitivo de Alienação da UPI Ferroviária, responsável  
pelos atos necessários ao processamento e julgamento do procedi-  
mento judicial de venda;

- as diretrizes, determinações e limites estabelecidos pelo Juízo Re-  
cuperacional no processo de recuperação judicial das Recuperandas,  
cuja observância é imprescindível para a condução válida do Proces-  
so Competitivo;

- a necessidade de assegurar que o Processo Competitivo seja con-  
duzido com rigor técnico, imparcialidade, transparência, segurança ju-  
rídica e aderência às normas aplicáveis ao setor de transporte público  
e aos regimes de contratação pública;

- que a Comissão Especial do Processo Competitivo de Alienação da  
UPI Ferroviária será responsável por conduzir, processar e julgar o  
certame, observando as diretrizes estabelecidas pelo Juízo Recupera-  
cional;

- que os integrantes da Comissão Especial do Processo Competitivo  
de Alienação da UPI Ferroviária devem possuir idoneidade e isenção,  
sendo vedada a indicação de pessoas que possam influenciar inde-  
vidamente o Processo Competitivo ou comprometer suas funções;

- a autorização do Exmo. Governador do Estado para o prossequi-  
mento do processo licitatório destinado à contratação do novo ope-  
rador do serviço público de transporte ferroviário;

- a recomendação feita por esta Secretaria de Estado de Transporte e  
Mobilidade Urbana e a indicação de servidores para a composição da  
Comissão Especial do Processo Competitivo de Alienação da UPI Fer-  
roviária feita por meio da Secretaria de Estado da Casa Civil, devi-  
damente homologada pelo juízo da 6ª Vara Empresarial;

**RESOLVE:**

**Art. 1º** - Fica designada a Comissão Especial do Processo Compe-  
titivo de Alienação da UPI Ferroviária, responsável pela condução,  
processamento e julgamento do Processo Competitivo instaurado no  
âmbito da recuperação judicial das Recuperandas, nos termos da le-  
gislação vigente.

**Art. 2º** - A Comissão Especial do Processo Competitivo de Alienação  
da UPI Ferroviária será composta por 03 (três) membros, sendo:

**I** - Alexandre Alcorta Daiuto, Subsecretário de Integração e Bilheta-  
gem da Secretaria de Estado de Transporte e Mobilidade Urbana - ID  
Funcional 5125752-1 - Presidente;  
**II** - Wagner Tadeu Matiota, Chefe de Gabinete da Secretaria de Es-  
tado de Fazenda - ID Funcional 5159004-2 - Membro;  
**III** - Angela Crespo, Superintendente de Administração da CENTRAL  
Logística - ID Funcional 99000725 - Membro.

**Art. 3º** - Compete ao Presidente da Comissão Especial do Processo  
Competitivo de Alienação da UPI Ferroviária coordenar os trabalhos,  
convocar reuniões, organizar o fluxo decisório e proferir a decisão fi-  
nal em caso de divergências entre os membros.

**Art. 4º** - É vedada a indicação ou permanência, na Comissão Espe-  
cial do Processo Competitivo de Alienação da UPI Ferroviária, de pes-  
soa que possa influenciar indevidamente o Processo Competitivo ou  
comprometer sua imparcialidade, transparência ou regularidade.

**Art. 5º** - Compete à Comissão Especial do Processo Competitivo de  
Alienação da UPI Ferroviária, além das funções previstas no Edital do  
Processo Competitivo:

**I** - solicitar informações das Recuperandas, da Procuradoria Geral do  
Estado do Rio de Janeiro, de órgãos da SETRAM ou da Casa Civil  
não integrantes da Comissão, bem como de demais entidades envol-  
vidas no Processo Competitivo;

**II** - solicitar às Proponentes, a qualquer momento, esclarecimentos so-  
bre os documentos apresentados;

**III** - adotar critérios para o saneamento de falhas de caráter formal e  
para a complementação de insuficiências no curso do Processo Com-  
petitivo;

**IV** - promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a  
instrução do Processo Competitivo;

**V** - prorrogar os prazos estabelecidos no Edital, em caso de interesse  
público devidamente motivado, caso fortuito ou força maior;

**VI** - quando houver modificação que afete de forma inequívoca a for-  
mulação das Propostas, alterar a data de entrega da documentação  
e/ou a data de abertura dos volumes e julgamento das Propostas,  
prorrogando ou reabrindo os prazos inicialmente previstos.

**Art. 6º** - Não compete à Comissão Especial do Processo Competitivo  
de Alienação da UPI Ferroviária promover alterações na minuta do  
contrato a ser celebrado entre a SPE Ferroviária e a SETRAM, após  
a consumação do Processo Competitivo, salvo determinação expressa  
do Juízo Recuperacional ou da autoridade competente.

**Art. 7º** - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Rio de janeiro, 16 de dezembro de 2025

**PRISCILA HAIDAR SAKALEM**  
Secretária de Estado de Transporte e Mobilidade Urbana

Id: 2702150

**ADMINISTRAÇÃO VINCULADA**

**SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES  
E MOBILIDADE URBANA  
DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES RODOVIÁRIOS**

**ATO DO PRESIDENTE**

**PORTARIA DETRO/PRES Nº 1944 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2025**

**DESIGNA GESTORES E FISCAIS PARA ATIVI-  
DADES RELACIONADAS AO ACOMPANHA-  
MENTO DA EXECUÇÃO DO OBJETO DO  
CONTRATO.**

**O PRESIDENTE DO DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES RODO-  
VIARIOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - DETRO/RJ**, no uso  
de suas atribuições legais,

**CONSIDERANDO** o disposto no Decreto nº 45.600, de 16 de março  
de 2016, que regulamenta a gestão e fiscalização das contratações  
da administração e altera o Decreto nº 42.301/2010, e o que consta  
no processo SEI-100005/000583/2025.

**RESOLVE:**

**Art. 1º** - Designar servidores para exercerem as funções de gestores  
fiscais e substitutos, com o objetivo de acompanhar e fiscalizar a exe-  
cução dos contratos de acordo com os respectivos processos admi-  
nistrativos, conforme Anexo Único.

**Art. 2º** - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação,  
revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 16 de dezembro de 2025

**RAPHAEL S. SALGADO**  
Presidente

## ANEXO ÚNICO

Nº Contrato	Empresa	Processo	Gestor(a)	Gestor(a) Substituto(a)	Fiscal	Fiscal Substituto(a)
004/2024_ADT02	CONSÓRCIO ARCHIVARIUS VI	SEI-100005/000668/2024	Pedro Henrique No- gueira Vieira ID: 51130831	Cristiane Faria de Azevedo ID: 51157586	Andrea Glauce Cam- pos Chaves ID: 5127748-4	Ana Beatriz Gomes Borges ID: 5138950-9
005/2024_ADT03	CONSÓRCIO ARCHIVARIUS VI	SEI-100005/000668/2024	Pedro Henrique No- gueira Vieira ID: 51130831	Cristiane Faria de Azevedo ID: 51157586	Andrea Glauce Cam- pos Chaves ID: 5127748-4	Ana Beatriz Gomes Borges ID: 5138950-9
009/2025	CENTRO DE TECNOLOGIA DA IN- FORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEI- RO - PRODERJ	SEI-100005/000776/2025	Renan Carvalho Pi- nheiro da Silva ID: 51689448	João Pedro Bandeira dos Santos ID: 51529696	Marcelo Faffe Ribeiro Grillo ID: 51679167	Suzana de Oliveira Lima ID: 51653036
011/2025	AUTOPEL AUTOMAÇÃO COMER- CIAL E INFORMÁTICA LTDA	SEI-100005/003237/2025	Livia Vidal Lopes - ID: 42521300	Lyvia Campos de Albuquerque - ID: 51646250	Alexandre Carvalho da Silva - ID: 51645610	Karina Silva Filgueiras - ID: 5164307

Id: 2702119